

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

1

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ

2 No dia 30 de março de 2021, às 14h00, de forma telepresencial, por meio da plataforma JITS
3 MEET, teve início Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-
4 Suaçuí). Dando início às atividades, a vice-presidente do comitê, Renata Medrado,
5 cumprimentou e agradeceu a todos pela presença, ocasião em que justificou a ausência da
6 presidente do CBH-Suaçuí, Paloma Galdino, que não pode comparecer à reunião devido a
7 questões de saúde na família. Prosseguindo, realizou a leitura da “Carta de Abertura”,
8 conforme orientado pela Instrução de Serviço do SISEMA, na qual estão contidas informações
9 sobre a plataforma e orientações para o bom andamento dos trabalhos em ambiente virtual.
10 Todos os conselheiros foram devidamente informados de que a reunião estava sendo gravada
11 e transmitida no Youtube para acompanhamento da sociedade. Na sequência, a Sra. Renata
12 Medrado deu as boas-vindas aos novos conselheiros do comitê, considerando o relevante
13 número de alterações na composição do plenário requeridas por entidades que possuem
14 cadeira no colegiado, sendo que, na sequência, citou nominalmente os novos componentes
15 do CBH. Prosseguindo, foi feita a verificação de quórum, o qual foi confirmado com a presença
16 de 20 (vinte) conselheiros com direito a voto. Ato contínuo, foram feitos os informes da
17 diretoria. Inicialmente, a Sra. Renata Medrado falou sobre os recursos atualmente disponíveis
18 no caixa da entidade equiparada para o início dos trabalhos na Bacia do Suaçuí, que
19 compreendem aproximadamente R\$ 3,5 milhões, provenientes do saldo remanescente do
20 IBIO, somado ao repasse da arrecadação do 4º trimestre de 2020, feito recentemente pelo
21 IGAM. Além desse recurso, já em conta, resta pendente o pagamento dos valores
22 arrecadados entre o 4ª trimestre de 2018 e o terceiro trimestre de 2020, os quais não foram
23 repassados até a presente data. O comitê buscou informações junto ao IGAM quanto aos
24 valores contingenciados, no entanto, devido à troca de entidade equiparada na bacia, o
25 repasse dos valores depende de suplementação orçamentária. Diante da situação, o CBH-
26 Suaçuí buscará mais detalhes sobre o tema junto à Secretaria de Estado da Fazenda e
27 repassará aos conselheiros as novas informações assim que recebidas. Prosseguindo, foi
28 passada à apreciação acerca do conteúdo da ata da reunião realizadas no dia 03 de dezembro
29 de 2020, tendo sido dispensada a leitura do documento, o qual foi encaminhado junto à
30 convocatória. Após votação nominal junto aos conselheiros, a ata foi aprovada de forma
31 unânime, com registro de 22 (vinte e dois) votos favoráveis. Dando sequência, foi passado
32 aos informes sobre a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce) e
33 elaboração da proposta de Enquadramento para a bacia. Para tanto, foi dada a palavra ao Sr.
34 Roberto Carneiro de Moraes, da Agência Nacional de Águas (ANA). Em sua fala, ele fez um
35 breve relato sobre o processo, explicando que a contratação da empresa está sendo realizada
36 pela ANA, devido ao complexo processo de sucessão de agência, com a saída do IBIO e a

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

37 entrada da AGEVAP. No entanto, o subsídio foi o Termo de Referência aprovado pelo CBH-
38 Doce em 2019, consolidado após intenso trabalho de articulação junto aos CBHs de rios
39 afluentes e órgãos gestores. Ele explicou que o trabalho está previsto para durar 17
40 (dezesete) meses, sendo que a formalização do contrato com a empresa vencedora, a
41 Engecorps, deve ocorrer ainda no mês de abril. Foi informado ainda sobre a elaboração do
42 Diagnóstico Preliminar, que será apresentado aos comitês assim que estiver finalizado e será
43 primordial para subsidiar os trabalhos da empresa. Em sua fala, também destacou a
44 importância da participação dos membros do comitê, bem como da sociedade em geral no
45 processo, sendo que estão previstas oficinas e consultas públicas ao longo das etapas. Por
46 fim, falou brevemente sobre o Manual Operativo do Plano, o MOP, ferramenta de
47 planejamento que não existia no plano anterior e, por fim, destacou que a equipe da ANA está
48 à disposição para trabalhar junto às diversas instâncias do comitê, tanto em âmbito federal
49 quando estadual. Prosseguindo, o Sr. Allan Mota, gerente de planejamento do IGAM,
50 enfatizou que todo o processo será acompanhado pelo órgão gestor e reforçou a importância
51 do engajamento dos conselheiros e da população local no processo, já que são esses atores
52 que conhecem as especificidades e necessidades da região. Ele também falou sobre a
53 demanda encaminhada pelo CBH-Suaçuí referente à realização de uma capacitação sobre o
54 PIRH/Enquadramento. Ele relatou que foi enviado retorno ao comitê sugerindo realizar a
55 atividade no dia 05 de maio, no entanto, de forma ampliada, incluindo os demais CBHs
56 mineiros de rios afluentes do Doce. Segundo ele, será um momento muito importante para
57 apresentar detalhes sobre o novo processo, bem como realizar um balanço da expertise
58 adquirida durante a elaboração do plano atual. Prosseguindo, o Sr. Flávio Guerra,
59 presidente do CBH-Doce, presente à reunião como convidado, falou sobre a relevância das
60 ações, destacando a questão do enquadramento, que é uma novidade para a maior parte da
61 bacia, razão pela qual será um enorme desafio e aprendizado. Enfatizou, ainda, a
62 necessidade de adequar o PIRH à realidade atual e, sobretudo, de que o trabalho seja
63 construído de forma integrada, não apenas entre os CBHs, mas, também, no que se refere
64 aos órgãos gestores. Finalizando as intervenções sobre o tema, a Sra. Luciane Teixeira,
65 secretária adjunta do CBH-Suaçuí, destacou que é necessário envolver intensamente os
66 comitês afluentes. Mencionou, ainda, que participou da construção do primeiro PIRH-Doce,
67 enfatizando que é necessária a formalização de um compromisso entre os comitês, órgãos
68 gestores, estados e a união, nos moldes do Pacto das Águas, firmado à época, a fim de selar
69 o comprometimento de realizar um trabalho conjunto em prol da bacia do rio Doce. Dando
70 sequência à pauta, foi passada a palavra à Sra. Luciana Figueiredo, analista de programas e
71 projetos da AGEVAP, para realizar a apresentação sobre a “Escola de Projetos”. Em sua fala,
72 ela discorreu de forma sucinta sobre os objetivos do programa, com ênfase no princípio de
73 “aprender fazendo”. Ela explicou que a iniciativa funciona em articulação e parceria com as

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

74 universidades locais, sendo oferecidas bolsas de estágio a estudantes universitários de 4º e
75 5º anos, ou seja, na fase final dos cursos de graduação. Inicialmente, para a Bacia do Rio
76 Doce, está prevista a seguinte estrutura: 01 (um) coordenador da AGEVAP; 01 (um)
77 coordenador da universidade; 04 (quatro) profissionais de nível superior, com experiência
78 mínima de 05 (cinco) anos; e 04 (quatro) estagiários técnicos. A Sra. Luciana Figueiredo
79 explicou que a iniciativa envolverá a agenda azul, com ênfase na finalidade 01 do PAP-Doce
80 (gestão de recursos hídricos); a agenda marrom, com foco em ações de saneamento básico;
81 e a agenda verde, cujo trabalho principal será no âmbito do Rio Vivo. Em seguida, destacou
82 as principais atividades que serão desenvolvidas, sendo: realização de cursos específicos nas
83 áreas afins; elaboração de estudos, programas, projetos e planos; criação de ferramentas de
84 monitoramento; busca de fontes de financiamento de projetos e/ou obras; acompanhamento
85 da implantação de obras. Por fim, detalhou o cronograma físico previsto para o primeiro ano
86 de trabalho da Escola de Projetos. Em complementação, o Sr. André Marques, diretor-
87 presidente da AGEVAP, relatou que o programa existe no âmbito do CEIVAP e apresenta
88 excelentes resultados. Ele destacou que a iniciativa irá contemplar todo o território da bacia,
89 sendo que, em breve, será publicado um edital de manifestação de interesse destinado às
90 universidades, cuja intenção é estabelecer parcerias com instituições de ensino de todas as
91 regiões do território do Doce. A Sra. Luciane Teixeira ressaltou que a região do CBH-Suaçuí
92 abrange importantes instituições de ensino, sugerindo, então, a realização de uma reunião
93 com as universidades locais para apresentar os objetivos e resultados já alcançados, a fim de
94 incorporá-las ao processo. Em seguida, o Sr. Flaminio Guerra destacou a importância da
95 Escolas de Projetos, que permitirá um salto de qualidade para os trabalhos da AGEVAP, com
96 incremento significativo da capacidade operacional, destacando, ainda, a relevância da
97 capacitação dos agentes municipais. Dando continuidade, foi concedida novamente a palavra
98 à Sra. Luciana Figueiredo, para apresentar os informes sobre a elaboração dos projetos de
99 Sistema de Esgotamento Sanitário destinado aos 35 (trinta e cinco) municípios contemplados
100 por meio do Edital nº 01/2017. Em sua fala, ela destacou que, desses, 05 estão na Bacia do
101 Suaçuí, sendo: Serra Azul de Minas, Peçanha, Franciscópolis, Governador Valadares e
102 Periquito, dos quais, os dois últimos também constam no TTAC para receberem ações pela
103 Fundação Renova. A Sra. Luciana, da AGEVAP, relatou que entre os dias 15 e 19 de março
104 foram realizadas reuniões iniciais com os municípios contemplados, sendo que 21 (vinte e
105 um) participaram. Posteriormente, no dia 25/03, houve uma reunião de caráter mais técnico,
106 que contou com a presença de 17 contemplados. Ela relatou que os municípios que não
107 compareceram foram procurados posteriormente, pois a intenção é atender a todos, já que
108 há recursos disponíveis. Prosseguindo, explicou que existem duas formas de contratação, a
109 primeira, direto pela CAIXA, para os municípios que possuem CND. E, a segunda, com
110 licitação pela AGEVAP, para aqueles que não possuem a CND. No caso da Bacia do rio

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

111 Suaçuí está pendente apenas o alinhamento junto ao município de Peçanha, que será
112 agendado para os próximos dias. Em complementação, o Sr. André Marques explicou que
113 apesar de diferentes formas de contratação a AGEVAP disponibilizará os modelos de TDR e
114 orçamento, visando padronizar os procedimentos. Ainda sobre o tema, o Sr. Flaminio Guerra
115 ressaltou que houve boa adesão dos municípios e que as reuniões foram importantes para
116 tranquilizar os participantes sobre as contratações via CAIXA, pois muitos demonstraram,
117 inicialmente, receio quanto às questões burocráticas. No entanto, a AGEVAP trabalha há
118 vários anos dessa forma, tendo alcançado excelentes resultados. Finalizada a discussão
119 sobre o tema, foi dada a palavra ao Sr. André Marques para a apresentação sobre a estratégia
120 de implantação da iniciativa Rio Vivo. Inicialmente, ele fez uma apresentação sobre o status
121 do programa na Bacia do Rio Suaçuí, considerando que parte dos municípios contemplados
122 finalizou a primeira etapa e, outra parte, não teve os trabalhos concluídos. Ele explicou que a
123 proposta é realizar a contratação de equipes especializadas para a realização dos serviços,
124 com o suporte da Escola de Projetos, especialmente nos locais em que os projetos ainda não
125 estão finalizados. Ou seja, a proposta é simplificar a estratégia, pois são projetos de baixa
126 complexidade, permitindo, assim, otimizar o início das ações práticas, em campo. Para obter
127 êxito, no entanto, é imprescindível que haja o envolvimento de todos os atores: AGEVAP,
128 CBH, município, empresa contratada e o produtor rural, pois cada um tem um papel
129 fundamental ao longo das atividades. Além disso, a AGEVAP será responsável pela compra
130 dos insumos, a fim de facilitar a operacionalização do trabalho, garantir a padronização e obter
131 um controle melhor, além de otimizar os custos. A entidade também vai acompanhar todas as
132 etapas, fazendo reuniões trimestrais, com o envolvimento de todos os atores, a fim de adequar
133 e aprimorar os procedimentos de acordo com a necessidade. Na sequência, ele apresentou
134 a sugestão de equipe permanente para atuar, bem como os profissionais que atuarão de
135 forma temporária, os quais serão acionados de acordo com a demanda. Além disso, haverá
136 veículos de grande e pequeno porte e todo o ferramental necessário, sendo tudo devidamente
137 identificado com a marca do comitê. Segundo o diretor da AGEVAP, cada equipe consegue
138 executar cerca de 100 “obras de arte” por ano. Por fim, apresentou o cronograma previsto
139 para os 02 (dois) primeiros anos de atividade. Finalizada a apresentação, foi passado ao
140 próximo item em pauta, referente à discussão do Plano Orçamentário Anual (POA) para o
141 exercício de 2021. Para tanto, foi passada a palavra novamente ao Sr. André Marques, que
142 fez uma breve explanação sobre o conteúdo do documento, que normatiza a alocação dos
143 recursos destinados ao custeio da entidade equiparada (7,5%). Na sequência, a Sra. Renata
144 Medrado, presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), do CBH-Suaçuí, fez a
145 leitura do Parecer Técnico da Câmara, elaborado a partir de reunião realizada no dia 23 de
146 março, e que recomenda à plenária a aprovação do POA, sem alterações. Prosseguindo, foi
147 feita a leitura da minuta de Deliberação, encaminhada a todos os conselheiros junto à

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

148 convocação. Ato contínuo, foi realizada a votação nominal quanto ao conteúdo o POA para o
149 exercício de 2021, sendo o documento aprovado de forma unânime pelos conselheiros
150 presentes com direito a voto. Dando continuidade à pauta, foi passada à aprovação do Plano
151 de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí para o período entre 2021 e
152 2025. Iniciando as discussões, a analista administrativa da AGEVAP, Juliana Vilela, fez uma
153 breve apresentação do conteúdo do PAP, cuja formatação foi organizada em consonância
154 com os normativos legais mineiros. Ela explicou que o PAP é o instrumento de planejamento
155 por meio do qual os recursos de investimento (92,5%) arrecadados por meio da cobrança pelo
156 uso da água, em nível estadual, são hierarquizados entre os programas existentes do PIRH,
157 conforme demanda, necessidade e disponibilidade financeira. O documento é organizado em
158 03 (três) eixos. O primeiro engloba as ações de gestão e abrange cerca de 9% dos recursos
159 disponíveis. No caso do CBH-Suaçuí, foi distribuído para os seguintes programas: Programa
160 de Fortalecimento dos CBHs, Programa de Comunicação Social, Programa de Treinamento
161 e Capacitação e, também para o desenvolvimento do Sistema de Informações, o SIGA. O
162 segundo eixo contempla as ações de planejamento e corresponde a cerca de 14% do volume
163 de recursos, os quais foram alocados para investimentos em projetos de água (SAA) e
164 esgotamento sanitário (SES). O terceiro eixo envolve as ações estruturais e representa o
165 maior montante, considerando que nele estão alocados os recursos para os três programas
166 que formam a iniciativa Rio Vivo, sendo: Expansão do Saneamento Rural, Controle de
167 Atividades Geradoras de Sedimentos e Recomposição de APPs e Nascentes. Esse eixo
168 acumula 77% dos recursos disponíveis. Ao todo o comitê possui aproximadamente R\$ 9
169 milhões, incluindo o saldo atualmente em caixa e a previsão orçamentária para o período de
170 vigência, tendo com referência as informações previstas no Contrato de Gestão. Caso haja
171 incremento de receita, como, por exemplo, novas outorgas ou o repasse dos valores
172 contingenciados no estado, o PAP poderá ser revisto para proceder aos ajustes e inserções
173 necessárias, que também poderão ocorrer por outros motivos. Porém, em quaisquer
174 circunstâncias, todo o processo de alteração deverá tramitar no comitê, sendo necessária
175 aprovação em plenária. Após a apresentação, a secretária adjunta do CBH-Suaçuí, Luciane
176 Teixeira, reforçou a importância do investimento em macroações, a fim de potencializar os
177 resultados, especialmente porque o comitê possui uma arrecadação pequena. Após as falas,
178 foram apresentados os pareceres da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos
179 (CTPLAN) e Institucional e Legal (CTIL), sendo ambos favoráveis à aprovação do PAP, sem
180 necessidade de alterações. Na sequência, houve a leitura da minuta de deliberação e,
181 posteriormente, o documento foi colocado em regime de votação, feita por meio de chamada
182 nominal, com registro de aprovação unânime entre os conselheiros presentes com direito a
183 voto. Dando sequência, foi passado ao último item em pauta referente à apresentação e
184 discussão da solicitação visando à autorização para uso de recurso com finalidade de custeio

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em 11/05/2021

185 (7,5%) do saldo remanescente. Inicialmente, o Sr. André Marques, diretor-presidente da
186 AGEVAP, fez uma breve explanação, relatando que os recursos em questão se referem aos
187 valores não desembolsados durante a vigência do Contrato de Gestão celebrado com o IBIO
188 e que foram devolvidos à AGEVAP, no entanto, sem especificação quanto à parcela de
189 custeio. Nesse sentido, foi feita consulta jurídica ao IGAM, cuja resposta trouxe o
190 entendimento de que se trata de um novo contrato e, conseqüentemente, de novo recurso.
191 Diante disso, em fevereiro, foi realizada reunião conjunta das Câmaras Técnicas Institucionais
192 e Legais (CTILs) dos CBHs mineiros, ocasião em que houve o entendimento de que os
193 comitês não tem competência para aprovar o requerimento, porém, unanimemente, as CTILs
194 de todos os 06 (seis) comitês mineiros afluentes do Doce entenderam que não há óbice à
195 utilização, desde que sejam respeitados os limites previstos no Plano Orçamentário Anual
196 (POA), cuja referência é a estimativa anual de arrecadação. Após a explanação foi
197 apresentado o Parecer Técnico da CTIL do CBH-Suaçuí, com base em reunião realizada no
198 dia 23/03, que corroborando o entendimento da reunião conjunta, declarando não ver óbice à
199 utilização de 7,5% do recurso na modalidade custeio, conforme limites do POA e percentual
200 definido pela Lei 13.199/99. Na sequência, foi apresentada a íntegra da minuta da DN sobre
201 o tema. O documento colocado em regime de votação nominal, sendo aprovado de forma
202 unânime entre os conselheiros presentes com direito a voto. Finalizados os itens deliberativos,
203 foi passado os assuntos gerais. Nesse item, a Sra. Luciane Teixeira informou que será
204 encaminhado e-mail aos segmentos poder público estadual e sociedade civil visando ao
205 preenchimento das vagas remanescentes nas Câmaras Técnicas. Foi consensado que caso
206 não haja concorrência o conselheiro interessado entrará automaticamente para a composição
207 e, caso haja, haverá alinhamento entre os interessados para definir o novo membro da CT.
208 As informações e os nomes serão trazidos para conhecimento de todos os conselheiros na
209 próxima reunião plenária. Sem mais itens em pauta a reunião foi encerrada por volta de 17h00.



210

211

PALOMA GALDINO DA SILVA

212

Presidente do CBH-Suaçuí

213